



INFORMATIVO DE BUENOS AIRES



Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Relações Argentina-China

China como economia de mercado

Após a visita do Presidente Mauricio Macri à China, se confirmou um novo avanço nas relações comerciais dos países. O governo argentino deu um sinal positivo perante o gigante asiático, por meio da Resolução N°396/2017 da Secretaria de Comércio, que estabelece os preços internos da economia chinesa como referência para determinar a existência de dumping nas exportações para a Argentina, no caso de artigos sanitários de cerâmica.



Na prática, isso significa uma mudança muito importante, pois até agora terceiros mercados eram tidos como referência para demonstrar mais facilmente que os preços dos produtos exportados pela China eram menores do que nos países de referência, o que significava o não reconhecimento da China como economia de mercado.

Entretanto, esta consideração é sobre a investigação de artigos sanitários de cerâmica em específico e não significa que a Argentina deixará de considerar um terceiro país como referência em suas investigações antidumping contra empresas chinesas. Em uma recente abertura de revisão de medida, a Comissão Nacional de Comércio Exterior utilizou os preços internos da Finlândia como referência para determinar a existência de dumping nos produtos de papel e cartão provenientes da China. Sendo assim, ainda é cedo para assegurar que a Argentina tratará a China como economia de mercado de maneira geral e permanente.

A discussão sobre o reconhecimento da China como economia de mercado é de longa data. Em 2001, o gigante asiático ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) com o compromisso de deixar de ser uma economia controlada principalmente pelo Estado. A China argumenta que decorrido o prazo de 15 anos a partir de dezembro de 2001, os países não mais poderiam considerar um terceiro país de referência nas investigações antidumping. Em dezembro de 2016 o prazo expirou e a China começou a exigir o seu reconhecimento, porém, vários países não fizeram mudanças na forma de cálculo, como a União Europeia e os Estados Unidos.

A Argentina, por sua vez, havia firmado Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimentos com a China, em novembro de 2004 durante a presidência de Néstor Kirchner, no qual reconhecia a China como economia de mercado. Porém, na prática, isso nunca ocorreu.

Investimentos em Infraestrutura

Por meio da Resolução 74-E/2017 o Ministério de Finanças aprovou o “Plano Quinquenal Integrado China-Argentina para Cooperação em Infraestrutura (2017-2021)” no marco do Convênio de Cooperação Econômica entre China e Argentina firmado em 2014.

Através do Plano Quinquenal se firmam os princípios, objetivos e áreas prioritárias de cooperação em infraestrutura entre ambos os países. As áreas consideradas como prioritárias foram: transporte, energia e recursos e Tecnologia da Informação. No plano também são listados outros projetos prioritários em infraestrutura: i) restauração do sistema ferroviário de San Martín; ii) restauração do sistema ferroviário de Roca Freight; iii) restauração do sistema ferroviário de Miltre Freight; iv) restauração do sistema ferroviário de carga de Urquiza; v) restauração do sistema ferroviário de mercadorias de Belgrano; entre outros.

O Decreto Nº 338/2017 definiu as condições de financiamento concessional sobre as quais se poderão fazer atribuições diretas de obras de infraestrutura:

- Período de carência equivalente a, pelo menos, o período previsto para a execução material do projeto, seja total ou parcial, no caso em que as etapas para execução do projeto estejam previstas.
- Uma taxa de juros com desconto de, no mínimo, 25% em comparação com a taxa de juros sobre títulos públicos emitidos pelo país sujeitos a lei e jurisdição dos Estados Unidos com duração semelhante considerando o momento da assinatura dos contratos de empréstimos de financiamento concessional; e
- Prazo de reembolso de, pelo menos, 10 anos contados a partir do vencimento do período de carência.

As expectativas do governo argentino são que a partir destas definições os investimentos chineses no país aumentem, avançando na modernização da infraestrutura em todo país.

Redução de impostos para fabricantes de motos na Argentina

Após firmar acordos com o setor petrolífero, automotivo, de construção e têxtil, o governo argentino firmou um acordo de produtividade com fabricantes de motos e representantes sindicais.

Em uma primeira etapa do acordo que será implementada no curto prazo será modificada a estrutura tarifária do setor. Por um lado, com o objetivo de impulsionar a montagem das motos na Argentina os impostos para a importação de peças será reduzido de 10 a 20%. Por outro, será mantida a tarifa de importação de motos prontas (35%).

O objetivo é quintuplicar as exportações do setor nos próximos 5 anos, diversificando, também, os destinos. Para isso, será implementado aumento da restituição tributária à exportação (reintegro).

As empresas se comprometeram, juntamente com os sindicatos, a aumentar a capacitação de mão de obra. Em linha com o objetivo, também se buscará reduzir o absentismo a 3% das horas totais. Adicionalmente, será ampliada a oferta de crédito bancário e não bancário ao setor (principalmente para micro e pequenas empresas).

O acordo busca criar cerca de 4 mil postos de trabalho no setor ao longo de três anos, além dos 5 mil já existentes. Do lado produtivo, se projeta alcançar, em 3 anos, 800 mil patentes anuais ao invés de 500 mil alcançados atualmente.

Na segunda etapa do projeto, até 2018, visa-se aumentar a integração local do produzido média de 5%, atualmente, para 20%.

A lei de autopeças Argentina na OMC

Durante a última reunião do Comitê de Acesso a Mercados da OMC ocorrida em maio de 2017, a União Europeia, México e outros países reiteraram suas manifestações a respeito da Lei 27.263 sobre Regime de Desenvolvimento e Fortalecimento do setor de autopeças argentino, que entrou em vigor em agosto de 2016. A lei tem como objetivo fortalecer a indústria local e reduzir o déficit comercial do setor por meio de benefícios fiscais para as empresas que aumentem o uso de autopeças nacionais.

A reclamação realizada na OMC pelos países citados é que a lei entra em conflito com o terceiro artigo do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) sobre o Tratamento Nacional de impostos e regulação interna, e também com o terceiro artigo do Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios. Os representantes argentinos, por sua vez, asseguraram que as colocações seriam analisadas pelo governo argentino. Adicionalmente, afirmaram que estariam dispostos a esclarecer bilateralmente com os países.

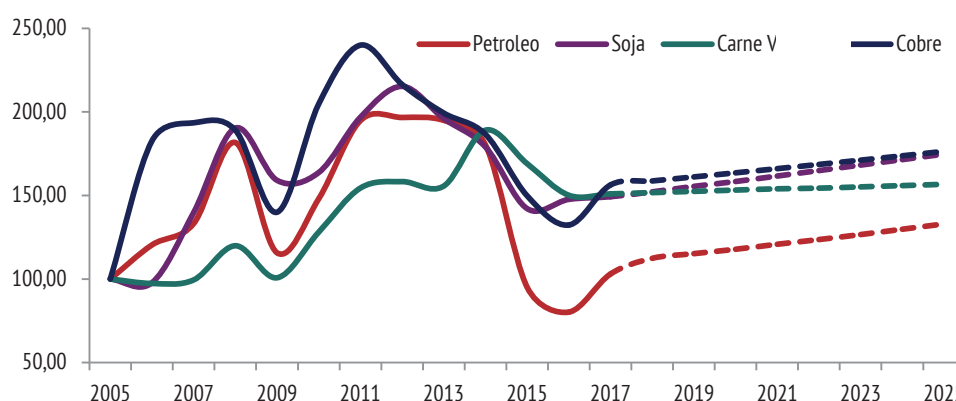
Os demais países argumentaram que a lei é um passo para trás dos avanços para a eliminação de barreiras comerciais. No curto prazo, isso poderia gerar a abertura de um painel na OMC.

A recuperação das exportações regionais: tendência do câmbio ou efeito preço?

O comércio mundial mostrou sinal de recuperação nos primeiros meses de 2017 e na América Latina, as exportações cresceram após 5 anos de retração. Enquanto o valor total se mantém abaixo do pico atingido em 2011, a recuperação é um sinal positivo para as perspectivas da região, já que a América Latina passa por um ajuste em suas vendas ao exterior, o que levou a uma queda de 29,7% das exportações, causado por, principalmente, dois fenômenos: a queda do preço das commodities a partir de 2012 e a desaceleração do crescimento das economias asiáticas (em particular da China).

Projeções dos preços internacionais até 2025

(Índice Base 100=2005)

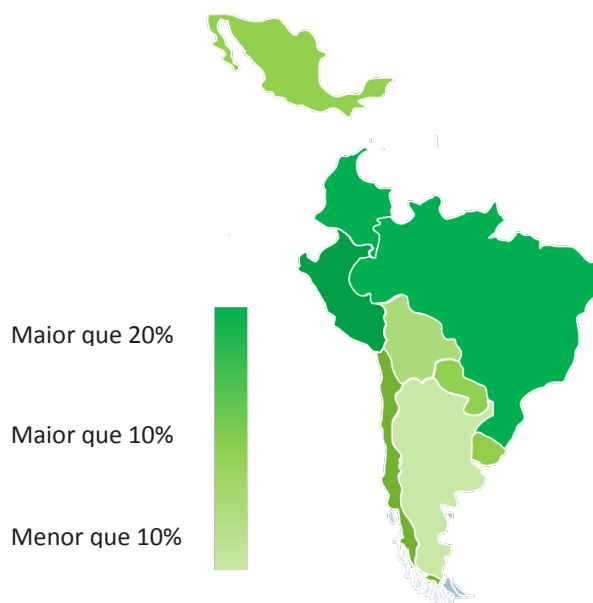


O valor das exportações da América Latina e do Caribe caíram desde 2011, mas, a partir de 2016, quando os preços das commodities atingiram um teto, começaram a se recuperar. A maior recuperação se deu entre novembro de 2016 e fevereiro deste ano.

No primeiro semestre de 2017, o aumento das exportações foi de 11,2% i.a e o crescimento se dá em quase dos os países, sendo que os sulamericanos foram os que evidenciaram maior recuperação no período, conforme o gráfico abaixo. As maiores taxas de crescimento se deram no Peru, Equador, Colômbia e Brasil. Os países da América Central e o México também mostraram crescimento notável de suas exportações, mas com menores taxas do que os sulamericanos.

Aumento das exportações por país

(1ºT 2017/1ºT 2016)



Embora o maior impacto se dê pela recuperação dos preços dos produtos primários, há também uma evolução nos volumes exportados (crescimento de 3,5% no primeiro trimestre de 2017, se comparado ao mesmo período em 2016). Esse crescimento se deu, principalmente, no México, Peru e Brasil, enquanto a maioria evidencia variações negativas, como a Argentina (-4%), Chile (-11%), Colômbia (-9%), Paraguai (-3%) e Venezuela (-14%).

Em comparação a outras regiões no mesmo período, as exportações da China cresceram 49%, dos Estados Unidos 13% e da União Europeia 10%. Dois fatores altamente relevantes foi o crescimento da demanda regional (+17%), bem como a recuperação das economias internas. O comércio entre a Argentina e o Brasil é, também, um exemplo de crescimento, tendo em vista que entre fevereiro e maio de 2017 as trocas entre os dois países cresceu 19,8%.

Apesar do crescimento das exportações durante os primeiros meses do ano, a perspectiva é incerta. Espera-se que o preço das commodities siga recuperando-se, mas não que volte aos níveis anteriores.

A perspectiva quanto ao comércio global também é moderada, com crescimento esperado do comércio de 3% para 2017. O mundo ingressa em uma fase de menor crescimento e de comércio global menos dinâmica. Quanto à China, o seu crescimento é certo, mas em ritmo menor que nos anos anteriores.

Nesse cenário a América Latina explora estratégias para dinamizar suas exportações:

- Acordos internacionais, como é o caso das negociações entre o Mercosul e a União Europeia, que acelerou como a troca da liderança política na Argentina e no Brasil e pode ser finalizada no curto prazo;
- Pedidos recentes de Argentina, Peru e Brasil para ingressar na OCDE, além da fase final de avaliação para a entrada da Colômbia na Organização;
- Aproximação entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico para aproximar os laços comerciais na região; e
- Busca de novas alternativas de inserção global pelos mexicanos, tendo em vista o governo de Donald Trump e a renegociação do NAFTA, e as negociações com o bloco europeu, China e países da América do Sul para acordos comerciais.

Por outro lado, a outra estratégia para dinamizar as exportações é encarar o problema da competitividade, tendo em vista que o problema é generalizado na América Latina. Na última publicação do índice de competitividade global do WEF, o país da região melhor posicionado foi o Chile, na 33ª posição em nível global.